



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Conforme Lei Municipal nº 5819, 22 de março de 2021.

Quarta-feira, 26 de Abril de 2023

Ano 2023 - Edição nº 54/2023

www.cacapava.sp.gov.br | www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial

SUMÁRIO

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL	2 à 2
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS	3 à 4
LEI Nº 6042, DE 25 DE ABRIL DE 2023	5 à 6
EXTRATOS DE CONTRATOS	7 à 7

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Caçapava, veicula do exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.cacapava.sp.gov.br Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava - SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800 - comunicacao@fusam.com.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Caçapava garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.cacapava.sp.gov.br compilado e também disponível em www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

Caçapava - Edição nº 54, 26 de Abril de 2023

ERRATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

ERRATA do Extrato de Publicação do Processo N.º 3159/2023-Publicado no Diário Oficial do Município dia 13/04/2023,N.º47/2023.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2023-**PROCESSO N.º 3159/2023**

OBJETO: SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO.

ONDE SE LÊ: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04932 3.3.90.30 04 122 7002 2039

LEIA-SE: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04891 3.3.90.39 04 122 7002 2039

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Caçapava - Edição nº 54, 26 de Abril de 2023

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 1796/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE REFORMA DO VELÓRIO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BÍBLIA.

Aos 26 dias de abril de 2023, às 15h, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Caçapava, sito à Rua Capitão Carlos de Moura, nº 243, Vila Pantaleão, Caçapava / SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 22/GAB, de 13 de abril de 2023, composta pelos seguintes membros presentes: Sra. Ana Irene Palmeira Marcondes – Presidente da Comissão, Sr. Felipe Rodrigues Miranda dos Santos – Membro, Sr. Jonatas William Silva – Membro, para proceder à abertura do envelope de proposta de preço, da licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº 005/2023, para contratação de empresa para a execução dos serviços acima citados.

Após decorrido o prazo recursal, e com a devida publicação do aviso de abertura dos envelopes de preços, no momento da sessão, foi constatado que os envelopes estavam devidamente lacrados. A Comissão de Licitação, procedeu com a abertura da proposta da empresa habilitada, chegando-se ao seguinte resultado classificatório:

LOTE 1	
EMPRESA	VALOR TOTAL
1º colocado: Construtora Guimarães & Borges Ltda. CNPJ: 27.190.054/0001-13	R\$ 406.562,56
2º colocado: W. A. Monteiro Engenharia ME CNPJ: 38.076.958/0001-39	R\$ 416.073,35

LOTE 2	
EMPRESA	VALOR TOTAL
1º colocado: Construtora Guimarães & Borges Ltda. CNPJ: 27.190.054/0001-13	R\$ 235.841,40
2º colocado: ICF Construtora Ltda EPP CNPJ: 24.495.805/0001-11	R\$ 248.259,21

3º colocado: W. A. Monteiro Engenharia ME CNPJ: 38.076.958/0001-39	R\$ 257.907,90
---	-----------------------

Conforme estabelecido no Edital o preço proposto inclui todos os custos necessários à Prestação dos Serviços licitados pela Prefeitura Municipal, todos os tributos incidentes, encargos diversos, seguros, deslocamento até o local de execução e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no custo final do objeto da licitação.

Não havendo necessidade de ser suspensa a licitação para análise das propostas, ou para a realização de diligências ou consultas, a Comissão comunicará a decisão e classificação, baseada nos fatores e critérios estabelecidos no edital.

Tendo em vista o critério de menor preço por lote, a Comissão considerou vencedora a empresa Construtora Guimarães & Borges Ltda, para ambos os lotes.

Após decisão sobre a classificação da proposta da empresa, a comissão publicará o resultado, ficando estabelecido o prazo recursal.

Após vencido o prazo recursal, o Processo será encaminhado à Sra. Prefeita Municipal, que nos termos da Lei, poderá HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado no prazo legal, ou REVOGAR a Licitação, havendo interesse público decorrente de fato superveniente, pertinente e suficiente.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

A comissão tornará público o resultado desta sessão.

Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº 6042, DE 25 DE ABRIL DE 2023

Projeto de Lei nº 01/2023

Autor: Vereador Wellington Felipe dos Santos Rezende

Proíbe a utilização de verba pública no âmbito do Município de Caçapava, em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6042

Art. 1º Fica proibida a utilização de recursos públicos, no âmbito do município de Caçapava, em eventos que promovam de forma direta ou indireta a sexualização de crianças e adolescentes.

Art. 2º Os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo Poder Público, sejam para pessoas jurídicas ou físicas, devem respeitar as normas legais que proíbem a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a apresentações, presenciais ou remotas, de imagens, músicas ou textos pornográficos ou obscenos, assim como garantir proteção face a conteúdos impróprios ao desenvolvimento psicológico.

§ 1º A proibição de que trata o “caput” deste artigo se aplica a:

I - qualquer material impresso, sonoro, digital, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou colocado ao acesso de crianças e adolescentes, bem como folders, outdoors ou qualquer outra forma de divulgação em local público ou evento lícito, produção cinematográfica ou peça teatral, autorizado ou patrocinado pelo Poder Público, inclusive mídias ou redes sociais;

II - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio das redes sociais e outras plataformas digitais;

III - espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que recebam auxílio ou patrocínio do Poder Público.

§ 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se pornográficos todos os tipos de manifestações que firam o pudor, materiais descritos no § 1º que contenham linguagem vulgar, imagem erótica, de relação sexual ou ato libidinoso, obscenidade, indecência, licenciosidade, exibição explícitas de órgãos ou atividade sexual que estimule a excitação sexual.

Art. 3º Ao contratar serviços ou adquirir produtos de qualquer natureza, bem como patrocinar eventos ou espetáculos públicos ou programas de rádio, televisão ou redes sociais, a administração pública direta ou indireta fará constar cláusula obrigatória de respeito ao disposto no artigo 2º desta Lei, pelo contratado, patrocinado ou beneficiado.

Art. 4º Os serviços públicos obedecerão às normas estabelecidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela legislação vigente e ao que está disposto nesta Lei, especialmente os sistemas de saúde, de direitos humanos, de assistência social, de cultura, educação infantil e fundamental.

Art. 5º Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive pais e responsáveis, poderá comunicar à administração pública e ao Ministério Público os casos de violação ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O servidor público que tiver ciência da violação ao disposto nesta Lei deverá comunicar ao Ministério Público e, havendo, seu superior imediato.

Art. 6º Em caso de descumprimento desta Lei, o infrator estará sujeito à multa mínima correspondente ao valor de 688 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP's), podendo chegar ao máximo de 17.200 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP's), bem como, a impossibilidade de realizar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, eventos públicos que dependam de autorização do Poder Público.

§ 1º A penalidade prevista no “*caput*” se aplica para a pessoa jurídica ou física que receber verba pública para realização de determinado evento e, posteriormente, venha promover a sexualização de crianças e adolescentes.

§ 2º O valor da multa prevista no “*caput*” deverá seguir os seguintes requisitos:

- I - a magnitude do evento;
- II - o impacto do evento na sociedade;
- III - a quantidade de participantes;
- IV - a ofensa realizada;
- V - a utilização ou não de dinheiro público.

§ 3º No caso de utilização de dinheiro público, o valor da multa a ser aplicada, conforme prevista no “*caput*” não poderá ser inferior a 1.720 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP's), além de ser obrigatória a devolução de todos os valores públicos destinados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 25 de abril de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS

Caçapava - Edição nº 54, 26 de Abril de 2023

Pregão Eletrônico nº E 020/2023, Processo Administrativo nº 1988/2023 - EXTRATO DE ATA- Contratante: Prefeitura Municipal de Caçapava. Contratada: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF: 08.528.442/0001-17, Valor Estimado: R\$ 663.650,00; Vigência: 12 (doze) meses. Início da Vigência: 18.04.2023, Término da Vigência: 17.04.2024. Objeto: Registro de preços para aquisição de cestas básicas, por um período de 12 meses, improrrogáveis.

Concorrência Pública nº 001/2022, Processo Administrativo nº 2118/2022 - EXTRATO DE TERMO ADITIVO- Contratante: Prefeitura Municipal de Caçapava. Contratada: COMPEC GALASSO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Vigência: 60 (sessenta) dias. Início da Vigência: 05.04.2023, Término da Vigência: 05.06.2023 Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura, recapeamento (visando o recapeamento de diversas ruas constantes no termo de referência)

Pregão Presencial nº G 001/2017, Processo Administrativo nº 113/2017 - EXTRATO DE TERMO ADITIVO- Contratante: Prefeitura Municipal de Caçapava. Contratada: SPE TREMEMBÉ AMBIENTAL S.A. Vigência: 60 (sessenta) dias. Início da Vigência: 23.03.2023, Término da Vigência: 23.05.2023. Objeto: Contratação de aterro sanitário.

Dispensa nº 136/2019, Processo Administrativo nº 1133/2019 – PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO- Locatário: Prefeitura Municipal de Caçapava. Locador: INSTITUTO DAS APÓSTOLAS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Valor reajustado: R\$ 3.220,50. Valor do reajuste: 7,35%; Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Vila Antonio Augusto Luiz.